



FACULDADES MAGSUL

SIMONE DOS SANTOS

**DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS PROFESSORES DE
EDUCAÇÃO FÍSICA NA FRONTEIRA BRASIL/PARAGUAI**

PONTA PORÃ-MS
2018

SIMONE DOS SANTOS

**DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS PROFESSORES DE
EDUCAÇÃO FÍSICA NA FRONTEIRA BRASIL/PARAGUAI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora das Faculdades Magsul, como exigência parcial para obtenção do título de Licenciada em Educação Física.

Orientador: Prof. Me. Silvano Ferreira de Araújo.

PONTA PORÃ-MS
2018

SIMONE DOS SANTOS

**DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS PROFESSORES DE
EDUCAÇÃO FÍSICA NA FRONTEIRA BRASIL/PARAGUAI**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.
Apresentado à Banca Examinadora das
Faculdades Magsul, como exigência parcial
para obtenção do título de Licenciada em
Educação Física.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Silvano Ferreira de Araújo
Orientador
Faculdades Magsul

Prof. Me. Raphael Oliveira Ramos Franco Netto
Examinador
Faculdades Magsul

Ponta Porã-MS, 05 de dezembro de 2018.

Dedico este trabalho ao meu marido, Helder Cezar, e ao meu filho, Lucas Cauã, que contribuíram para a minha formação.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ter abençoado o meu caminho e por ter me dado a oportunidade de tantos aprendizados, em especial, a minha graduação.

Agradeço à minha família por todo o apoio que me deu, em especial, à minha mãe Sira; ao meu falecido pai Simão que sempre me ensinou o caminho do bem; à minha gerente, Dona Fidelina, pela motivação; às minhas amigas, Roselaine e Tatieli, pelo apoio que sempre me deram.

Aos meus professores de graduação, especialmente ao meu orientador, Prof. Me. Silvano Ferreira de Araújo, por toda ajuda necessária, disposição e dedicação, o levarei como referência minha vida toda.

Agradeço também ao Prof. Me. Raphael Oliveira Ramos Franco Netto, por ter fazer parte da banca examinadora do meu Trabalho.

Não basta saber, é preciso também aplicar, não basta querer, é preciso também agir.

Johann Goethe

SANTOS, Simone dos. **Desafios enfrentados pelos professores de educação física na fronteira Brasil/Paraguai**. Orientador: Silvano Ferreira de Araújo. 2018. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) - Faculdades Magsul, Ponta Porã-MS, 2018.

RESUMO

O presente trabalho objetivo apresentar um estudo sobre os desafios enfrentados pelos profissionais de Educação Física na fronteira Brasil/Paraguai. A metodologia utilizada é de cunho qualitativo, com embasamento em Cordeiro; Buendgens (2012), Josgibert; Boufleur (s/d), Santana (2018), Silva; Bueno (2018), Silva (1995) entre outros. Além da pesquisa bibliográfica, realizou-se uma pesquisa de campo, com a aplicação de um questionário, composto por doze questões, aplicados a três professores que atuam numa escola municipal de Ponta Porã-MS. A partir das análises dos questionários, ressalta-se que a Educação Física é de fundamental importância para os alunos, pois além de proporcionar um melhor desenvolvimento físico, corporal, permite que os mesmos adquiram conhecimentos e tenham resultados positivos no processo de aprendizagem. É preciso, assim, que o professor de Educação Física estimule todas as habilidades dos alunos por meio de atividades que possam ser eficazes a esse processo.

Palavras-Chave: Educação Física. Fronteira. Desafios.

LISTA DE SIGLAS

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

PDDE – Programa de Dinheiro Direto na Escola

PDE – Programa de Desenvolvimento da Escola

LISTA DE FIGURAS

Mapa 1 – Fronteira Brasil/Paraguai (Ponta Porã/MS e Pedro Juan Caballero/PY... 14

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. ASPECTOS EDUCACIONAS DA FRONTEIRA BRASIL/PARAGUAI (PONTA PORÃ-MS E PEDRO JUAN CABALLERO-PY)	13
1.1 Características da fronteira Brasil/Paraguai	13
1.2 A escola na fronteira: aspectos históricos e mapeamento	17
2. EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS DA FRONTEIRA	23
2.1 Estereótipo e preconceito na escola	23
2.2 A ação docente na região de fronteira	25
3. DIFICULDADES E DESAFIOS DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA: O CASO DE PONTA PORÃ-MS	30
3.1 Procedimentos Metodológicos	30
3.1.1 Tipo de pesquisa	30
3.1.2 Local de pesquisa	31
3.1.3 Sujeito de pesquisa	31
3.1.4 Material utilizado e procedimentos realizados	32
3.2 O que dizem os professores de Educação Física?	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41

APÊNDICES

Apêndice “1” - Ofício de Requerimento

Apêndice “2” - Termo de Compromisso da Instituição Escolar

Apêndice “3” - Termo de Consentimento Livre Esclarecido

Apêndice “4” - Questionário

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo geral identificar os desafios e dificuldades enfrentados pelos professores de Educação Física na fronteira Brasil/Paraguai (Ponta Porã-MS no Brasil e Pedro Juan Caballero no Paraguai), especificamente, os objetivos são: a) apresentar as características da fronteira Brasil/Paraguai e seus aspectos históricos e mapeamento da escola na fronteira; b) realizar uma pesquisa bibliográfica acerca da educação física na fronteira, os estereótipos e preconceito e ação docente na região de fronteira.

Destacamos que em Ponta Porã-MS, fronteira seca com a cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero, há várias escolas públicas, visando atender as crianças e adolescentes brasileiros, mas, devido a proximidade com essa cidade paraguaia, atende, também, alunos de origem estrangeira, com cidadania brasileira. Dentre essas escolas, estão a Escola Polo Municipal Joao Carlos Pinheiro Marques, Escola Estadual Mendes Gonçalves, Escola Polo Municipal Ramiro Noronha, Escola Estadual João Brembati Calvoso, Escola Municipal Maria Lígia, Escola Municipal Dora Landolfi e Escola Estadual Pedro Afonso Pereira Goldoni. Nessas escolas há uma diversidade e diferenças em relação ao idioma utilizado pelos alunos, como o português, espanhol, guarani e o portunhol (uma junção do português e do espanhol).

Embasados no estudo apresentado por Darido e Rangel (2005), destacamos que a Educação Física como área do conhecimento, deve buscar no seu desenvolvimento habilidades que favoreçam o crescimento social e humano, beneficiando o indivíduo em todos os sentidos com igualdade de condições, visando sempre à formação integral do aluno, desenvolvendo e aperfeiçoando a motricidade e a corporeidade humana através de atividades dentro de comportamentos socialmente aceitos, utilizando o corpo em movimento através de jogos, esportes, dança etc, confraternizando suas mais distantes repercussões e manifestações no ser humano, e é justamente isso que nos instiga a pesquisar acerca dos desafios enfrentados pelos professores de Educação Física nessa região de fronteira internacional.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho foi a pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo com embasamento em Cordeiro; Buendgens (2012), Josgribert; Boufleur (s/d), Santana (2018), Silva; Bueno (2018), Silva (1995)

entre outros. Além da pesquisa bibliográfica, realizou-se uma pesquisa de campo, com a aplicação de um questionário, composto por nove questões, aplicados a três professores que atuam numa escola municipal de Ponta Porã-MS.

O trabalho está dividido em três partes: além desta introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo apresentamos o referencial teórico que embasou a pesquisa, enfatizando os aspectos educacionais nessa região de fronteira; no segundo capítulo, abordamos a Educação Física nas escolas da fronteira e a ação docente; e no terceiro capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos executados para chegar aos resultados desta pesquisa, bem como, a análise e a discussão dos resultados da pesquisa de campo.

1. ASPECTOS EDUCACIONAS DA FRONTEIRA BRASIL/PARAGUAI (PONTA PORÃ-MS E PEDRO JUAN CABALLERO-PY)

1.1 Características da fronteira Brasil/Paraguai

Discorrer sobre a fronteira em questão, é, primeiramente, mencionar a existência de dois territórios, o brasileiro (Ponta Porã-MS) e o paraguaio (Pedro Juan Caballero-PY), marcados por diferentes leis, costumes, identidades.

Mapa 1 - Fronteira Brasil/Paraguai (Ponta Porã-MS e Pedro Juan Caballero-PY)



Fonte: Site UOL Notícias (2012).

Pelo aspecto físico pode ser considerado um só lugar, mas pelo aspecto científico e prático configuram-se diferentes trocas materiais, espirituais. Sua análise não se resume ao espaço físico e geográfico.

Nas zonas de fronteiras, é que se encontra muitas vezes a máxima pressão das forças econômicas, políticas, morais e militares dos povos limítrofes, porém não servem elas apenas de meio de separação, mais também de interpretação de culturas, interesses e objetivos diferentes. (MATTOS, 1999 *apud* TORRECILHA, 2004, p. 22).

Essa região de fronteira que foi constituída historicamente e de maneira cultural com diferentes pessoas de diferentes lugares do país e também do estrangeiro. Assim, é um contexto considerado multicultural, pois as diferenças étnicas, culturais e religiosas são reconhecidas.

A palavra fronteira adquire uma variedade de sentidos no mundo contemporâneo. Utiliza-se este termo tanto no aspecto territorial, delimitando espaços geográficos ocupados pelos mais heterogêneos agrupamentos humanos, como no sentido simbólico (ALBUQUERQUE, 2005, p. 43 *apud* BOUFLEUR, 2014, p. 52).

Percebe-se que o termo fronteira é de difícil definição, na história moderna, o conceito foi intensamente associado à noção de soberania. A aparição da linha fronteira acompanhou o desenvolvimento da concepção moderna de espaço e participou do aperfeiçoamento da cartografia e das estratégias militares.

Portanto, a fronteira é zona de contato, é uma linha (imaginária) de separação que "cristalizada se torna então ideológica, pois justifica territorialmente as relações de poder" (RAFFESTIN, 1993 *apud* BOUFLEUR, 2014, p. 53).

A zona fronteira é uma zona híbrida, babélica, onde os contatos se pulverizam e se ordenam segundo micro hierarquias pouco suscetíveis de globalização. Em tal zona, são imensas as possibilidades de identificação e de criação cultural, todas igualmente superficiais e igualmente subvertíveis: (SANTOS, 1993, p. 49, *apud* TERCENIANI, 2010).

Pode-se destacar que o conceito de região de fronteira refere-se as relações estabelecidas dos povos que vivem e controem suas histórias:

a região de fronteiras é também representada como um lugar perigoso, espaço da ilegalidade, da conversão e da violência. Muitas fronteiras são vistas como lugares marginais, "terra de ninguém" ou "terra sem lei" (ALBUQUERQUE, 2005 *apud* BOUFLEUR, 2014, p. 54).

Nesse sentido, Nanni (1998 *apud* FLEURI, 2001) destaca que:

Uma perspectiva multicultural limita-se a considerar a coabitação das diferenças culturais como um processo histórico natural, espontâneo, do qual se pode tomar consciência para se adaptar a ele. Pode-se ao invés, falar de interculturalidade quando consideramos não apenas o

processo histórico de coexistência entre as diferentes culturas, mas também a proposta de mudança e de projetualidade (NANNI, 1998, p. 30 *apud* FLEURI, 2001, p. 24).

Na perspectiva modernizante, uma fronteira é uma linha convencional que marca os confins de um Estado, elas podem ser delimitadas fisicamente (com muros ou cercas), embora não seja sempre esse o caso, daí se falar de convenção, ou seja, os diferentes países acordam entre eles até onde chegam os seus respectivos limites; ao atravessar esse limite (a fronteira), entra-se no território do país vizinho, ferindo sua autonomia administrativa e subtraindo-lhe um valor físico e valor simbólico (RIBEIRO, 2001).

Através do exercício da cultura, os indivíduos criam uma identidade grupal, representada pela reprodução de determinados atos, práticas e valores que são compartilhados entre cada grupo, como se este necessitasse se afirmar, só assim garantindo sua existência (TERENCIANI, 2010, p. 02).

Em função da distância, esse é um espaço marcado por certa fluidez e criatividade, mas também por relações desiguais e pelo poder sem limites (RIBEIRO, 2001) visto que avança de um ponto fixo, ou seja, a partir de um poder político, um Estado soberano.

Esta fronteira, por conseguinte, marca sua soberania. O governo de um país tem autoridade dentro dos limites das suas fronteiras. Aquilo que ocorre do lado de lá, ainda que seja a uns poucos metros de distância, está fora da sua competência territorial, desde que, não sejam comprometidos os seus interesses nacionais. As fronteiras podem ser terrestres, mas também existem fronteiras marítimas, fluviais, lacustres (junto de lagos) e mesmo aéreas (SANTOS, 2017).

Como existem para garantir a soberania, costumam ser vigiadas para evitar a entrada ilegal (ou clandestina) de imigrantes ou de produtos proibidos/ilícitos.

Em contextos de fronteira, a identidade nacional se torna um dos principais elementos identitários, que reflete não apenas a língua falada nos respectivos países, mas toda uma civilidade que perpassa por elementos simbólicos e históricos de cada país, que podem inclusive, culminar no surgimento de muitas rixas entre os moradores em função disto (TERENCIANI, 2010, p. 07).

O município de Ponta Porã, está situado no sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul, é cidade gêmea com Pedro Juan Caballero, na fronteira Brasil-Paraguai, segundo Pereira (2005) é considerada cidades geminadas de fronteira, em especial nas áreas secas, onde são denominadas de fronteiras secas, pois a separação ocorre unicamente por uma “zona neutra”, que é a referida faixa pertencente aos estados em contato e não pode ser tocada (BOUFLEUR, 2014).

Nas cidades geminadas do estado de Mato Grosso do Sul, é comum não haver nenhum posto de alfândega, ou seja, de fiscalização e policiamento, ocorrendo uma livre circulação de pessoas de um lado para o outro, bastando atravessar uma rua ou avenida (PEREIRA, 2005, *apud* BOUFLEUR, 2014, p. 55).

Já nas escolas de Ponta Porã a diversidade cultural é marcada pelo peso significativo que a nacionalidade desempenha na vida cotidiana das pessoas.

Toda fronteira é suscetível de um tratamento monográfico, porem a procura de agregados significativos torna-se um problema que envereda por um caminho mais abstrato, onde preferências de natureza ideológica e cultural se fazem sentir. Todavia, não se pode ignorar a influencia que as fronteiras exercem no cotidiano de todos e de cada um de nós. Por isso, mais cedo ou mais tarde, seremos chamados a nos posicionar contra ou favor de tal assunto de tal ou qual fronteira, o que torna nosso assunto uma questão de interesse público (MARTIN, 1992, p. 82).

A cidade de Ponta Porã apresenta características próprias que são oriundas da base cultural do seu povo, confluência da cultura paraguaia, pois está localizada numa fronteira.

Por ser uma área limítrofe entre duas ou mais nações diferentes, implica numa realidade específica, marcada por uma relação de troca cultural entre os diferentes povos aí residentes. É importante destacar que a determinação de uma linha fronteira não delimita também a demarcação específica de “início” e “fim” de uma cultura, ou seja, as áreas de fronteiras podem representar áreas de conflitos culturais entre povos diferenciados, assim como também podem surgir como áreas de trocas interculturais e os consequentes hibridismos culturais (NUNES, 2011. p. 206).

Falar então desta linha de fronteira é considerar a dinâmica e o processo histórico de produção do espaço de duas cidades que apesar de possuírem aproximadamente 120 mil habitantes, terem os primeiros sinais de povoamento no

ano de 1892 e uma atividade econômica comum, portanto, são completamente diferentes.

As disputas pela posse de terra e os diversos conflitos políticos, sociais e econômicos foram determinantes desde a época colonial marcando a condição de fronteira, e o acontecimento mais grave e mais marcante foi a Guerra do Paraguai.

Sendo assim, pode concluir que as escolas de Ponta Porã são locais de alta complexidade devido às diferentes relações e práticas sociais, políticas, culturais e econômicas que trazem a seus moradores uma vida marcada pelo trânsito, e com espaços distintos que se chocam, se criam e se recriam de acordo com o contexto vivenciado.

Dessa maneira, a região de fronteira precisa ser considerada não como uma linha que separa dois países, mas como uma região de relações sociais, culturais, étnicas, econômicas, científicas e tecnológicas, esse espaço precisa ser solidificado na constituição de uma nova perspectiva, experimentando diferentes situações de contato com a outra cultura, permitindo gerar critérios amplos e tolerantes perante a diversidade cultural.

As fronteiras são fluxos, mas também obstáculos, misturas e separações, integrações e conflitos, domínios e subordinações. “Elas representam espaços de poder, de conflitos variados e de distintas formas de integração cultural” (ALBUQUERQUE, 2005 *apud* BOUFLEUR, 2014, p. 55).

As escolas brasileiras, responsáveis por atender a essa diversidade cultural, espelham características peculiares, conforme descrição: encontram-se muito próximas da linha de fronteira, entre as cidades de Ponta Porã-MS (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai), atendem alunos provenientes do país vizinho, ou alunos de origens étnicas diversificadas, são escolas públicas com um currículo e uma estrutura funcional pautadas na legislação educacional brasileira (BOUFLEUR, 2014).

1.2 A escola na fronteira: aspectos históricos e mapeamento

Santana (2018) destaca que é necessário que as escolas localizadas nas regiões fronteiriças atendam estudantes reais, com respeito e incluídos em suas diferentes origens identitárias. Incluí-los no sentido amplo dessa palavra, que

envolve o conviver com o diferente sem impor uma ou outra cultura como modelo apropriado ou superior.

A educação exerce um papel relevante para a assimilação de elementos culturais que se encontram nos países latino-americanos. A escola apresenta-se como um espaço de diálogo, de aprender a conviver, vivenciando a própria cultura e respeitando formas de expressão cultural (PEREIRA, 2010).

As pessoas dessas realidades sócio-históricas e culturais precisam de garantia do direito de viver na sua diferença, e ter a sua inserção social minimamente respeitada, independentemente de ser brasileiro, paraguaio, brasiguai, etc (SANTANA, 2018. p. 78).

As peculiaridades das cidades fronteiriças impulsionaram a organização e implantação do Programa Escolas Bilíngues de Fronteira (PEBF), resultado da necessidade de desenvolver vínculos entre as escolas brasileiras localizadas na fronteira brasileira com as de outros países localizadas em cidades vizinhas. Esse programa é resultado, inicialmente, de investimento binacional argentino-brasileiro para a constituição de uma identidade regional bilíngue e intercultural. O intuito é contribuir com uma cultura de paz e de cooperação interfronteiriça (SANTANA, 2018).

No ano de 2012, o Ministério da Educação ratificou os acordos já firmados, incluindo o Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF) no Programa Mais Educação, estabelecendo como competência das Universidades a formação dos docentes que atuam no Programa (BRASIL, 2012).

O PEIF com vistas na superação dos desafios da região de fronteira, é permeado pelas ideias de inclusão na e para a diversidade e busca a superação da discriminação e a valorização cultural dos grupos dessas localidades. Além disso, observa-se uma prática educativa pautada na ética e no respeito das diferenças, independentemente de sua nacionalidade e origem, apontando caminhos em prol do desenvolvimento positivo de estudantes (SANTANA, 2018).

As características de escolas situadas nas fronteiras brasileiras incluem elementos de sua dinamicidade que não se restringem somente à vida escolar. As fronteiras são constituídas por práticas e interações sociais, políticas, econômicas e culturais que evocam conflitos e tensões próprias das pessoas que nelas vivem e que, portanto, não devem ser negadas ou desprezadas, mas sim analisadas a partir

da lógica plural da sociedade contemporânea, assinaladas por práticas diversificadas decorrentes da diversidade humana.

A determinação de fronteira não se restringe à delimitação específica de “início” e “fim” de uma cultura, ou seja, as áreas fronteiriças têm possibilidade de representar locais de divergências culturais entre seus habitantes; também podem ser configuradas como locais de trocas interculturais que envolvem os consequentes hibridismos culturais (SANTANA, 2018, p. 79).

Assim, as fronteiras possuem grande complexidade analítica devido às relações e práticas sociais, políticas, culturais e econômicas que marcam a vida de seus moradores e que não está somente nas práticas informais, mas também no ambiente de educação sistemática, sendo comum em escolas brasileiras de regiões fronteiriças haver estudantes com origem identitária de outros países (NUNES, 2011 *apud* SANTANA, 2018).

Diante desse panorama, a comunidade escolar - em meio a essa riqueza cultural - vivencia os dilemas e os contributos. Assim, por um lado os professores têm a oportunidade de trocar experiências e de outro não estão preparados ou têm resistência para lidar, conviver e trabalhar na perspectiva da inclusão na e para a diversidade, exceto os das escolas que estão inclusas no PEIF que têm uma Proposta Pedagógica permeada por essa perspectiva (SANTANA, 2018).

Dessa maneira no cenário educacional de Ponta Porã-MS e Pedro Juan Caballero-PY, pode-se destacar algumas características que revela algumas implicações da educação promovida pelas cidades fronteiriças no Estado de Mato Grosso do Sul, tanto na rede pública quanto na privada.

Essas implicações estão relacionadas à diversidade linguística, à formação de professores, ao currículo adotado, à integração entre as escolas e órgãos locais e diferenças culturais e nacionais dos estudantes.

No tocante a variedade linguística há o uso corrente de três línguas: guarani, português e espanhol, “ É comum à travessia de crianças residentes no País vizinho deslocarem-se para estudar nas escolas brasileiras: elas, em geral, falam guarani e são alfabetizadas com base numa pedagogia monolíngue, em língua portuguesa” (PEREIRA, 2010, p. 102).

Em relação a formações de professores, Fedatto (1995) destaca que na década de 1990, os estudantes de cursos de formação de professores em nível

superior não recebiam informações diferenciadas para trabalhar na fronteira. Dessa forma, a escola fronteiriça não se diferenciava das demais, visto que não preparava o professor para atuar nessa situação, então “os estudantes tinham consciência de uma escola peculiar, no entanto, formalmente, não recebiam qualquer informação ou capacitação que os habilitasse a enfrentar o problema” (FEDALTO, 1995, p. 23 *apud* PEREIRA, 2010, p. 102).

Pereira (2010) destaca que escola brasileira ignorou por muitos anos a condição de fronteira. Nela imperou uma relação formal que anulou as diferenças em virtude da força homogeneizadora da escola. Ela funcionou como as demais escolas do território nacional. Por muitos anos os conteúdos baseavam-se exclusivamente no livro didático enviado pelo Fundo de Apoio ao Estudante do Ministério da Educação e Cultura (FAE/MEC), uma vez que a parte diversificada do currículo não se destinava a projetos ou a atividades que contemplassem as particularidades locais.

Os intercâmbios culturais realizados na fronteira eram muito pouco, dessa maneira, percebe-se que essa situação reforça a hipótese de que a escola cumpriu por muito tempo a tarefa de estabelecer fronteiras educacionais na região. Os intercâmbios eram restritos a datas comemorativas, quando ocorriam desfiles públicos ou jogos de futebol entre os países. E com uma presença tímida ocorriam feiras de Artes e Ciências (PEREIRA, 2010).

A pluralidade cultural presente na fronteira era reconhecida pelas autoridades escolares, porém a pedagógica utilizada continuou por muitos anos sendo monolíngue. Contudo, o problema até os nossos dias está por merecer uma ação que incluía, de fato, as crianças estrangeiras no cotidiano escolar brasileiro, reconhecendo e respeitando suas características culturais de origem.

Outo fato que merece destaque é a identidade cultural e nacional que historicamente tiveram visibilidade na fronteira, uma vez que na realidade das escolas fronteiriças há estudantes oriundos dos países vizinhos e filhos de migrantes que frequentam escolas do lado brasileiro e vivem múltiplas referências identitárias, pois, em família, falam o idioma de origem; na escola, utilizam o português; nas relações sociais, expressam-se em espanhol ou guarani (PEREIRA, 2010).

Outra problemática para a identidade cultural é a forma como se desenvolveu o trabalho com o ensino da história regional. Os estudantes não reconhecem nos conteúdos trabalhados a condição de fronteira. Essas implicações culturais em cidades de fronteira têm

exigido respostas educativas e curriculares para atender uma população diferenciada pela língua, pelos costumes, pelas crenças e pelos saberes. Não é possível desconsiderar que essas questões afetam a formação do professor que será responsável direto pela escolarização básica (PEREIRA, 2010, p. 105).

Pereira (2009) destaca que nos contextos escolares de fronteira, observam-se variadas tarefas sociais, incluindo desde a preocupação com a problemática da identidade cultural (tradições, línguas) dos estudantes, mas principalmente a inquietação com a criação de meios para valorização e respeito entre todos, autóctones e migrantes, de maneira que, na sua essência, se contemple a pluralidade e a integração (SANTANA, 2018).

As cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero são exemplos de interação no que se refere a questões socioculturais e a estratégias de diferenciação e inserção entre os habitantes, com um elevado e constante fluxo de pessoas e de mercadorias, facilitado por sua conturbação. O cotidiano dessas cidades é caracterizado por várias relações que abrangem integração e separação, que “apesar de constante contato, os moradores de ambas as cidades se veem submetidos a distintos poderes e cerceados pelos limites territoriais e jurídicos que caracterizam a jurisdição de cada país” (NASCIMENTO, 2014, p. 116 *apud* SANTANA, 2018).

Não observa-se de maneira abrangente o multiculturalismo aberto e interativo, proposto por Candau (2008; 2011), que acentua a interculturalidade como adequada para a construção de sociedades democráticas e inclusivas, que articulem políticas de igualdade com políticas de identidade. Há evidências de que essa interculturalidade não fluiu em massa no ensino, apesar do PEIF e de se ter um número significativo de estudantes de origem paraguaia matriculados nas escolas em Ponta Porã, conhecidos como brasiguaios (SANTANA, 2018)

Nessa perspectiva o estudo de Dalinghaus (2013) de cunho etnográfico, realizado numa escola pública de Ponta Porã, com contatos informais, entrevistas e observações de aulas demonstrou que as falas da professora e dos seus estudantes revelaram conflitos influenciadores da constituição da identidade linguística (DALINGHAUS *apud* SANTANA, 2018, p. 82)..

Segundo esta pesquisadora, a heterogeneidade encontra-se presente, a começar pelas línguas em contato/conflito: além do português, do espanhol e do guarani, empregam-se também dois falares inerentes da fronteira: o portunhol, uma

mistura do português e espanhol e o jopará, resultado do guarani e espanhol. Os estudantes oriundos do Paraguai valorizam o português, mesmo tendo dificuldade de usá-lo adequadamente, sendo que às vezes, o misturam com o espanhol e com o guarani (DALINGHAUS, 2013 *apud* SANTANA, 2018, p. 82).

Assim, acredita-se que novas concepções por parte dos professores da região de fronteira estão sendo incorporadas, incentivados pelas políticas públicas, pelas práticas educativas que asseguram a diversidade e que incentivam que a cultura fronteiriça como uma construção coletiva.

2. EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS DA FRONTEIRA

2.1 Estereótipo e preconceito na escola

A palavra preconceito, tal como as palavras democracia, comunidade, diálogo, diversidade, inclusão e respeito, dentre outras, nos remete a significados ambíguos, “cada uma delas com sua parte de verdade e sua parte de manipulação” (LARROSA; SKLIAR, 2001, p. 11 *apud* CORDEIRO; BUENDGENS, 2012, p. 46).

Entende-se que os significados das palavras compõem a consciência individual, mas são, ao mesmo tempo, construídos no âmbito interindividual, têm um caráter social. Na escola esses termos: democracia, comunidade, diálogo, diversidade, inclusão e respeito, a partir da década de 1990, com a eclosão dos ideais inclusivos, ganham cada vez mais destaque, mesmo que seus sentidos e significados divirjam dependendo daquele que os pronuncia e da forma como são vivenciados.

As relações entre diferenças, preconceitos e violência no âmbito escolar, podem ser assim definidas: “No espaço escolar essa interação com o diferente, quando não é problematizada, se dá por meio de relações interpessoais pautadas por conflitos, confrontos e violência” (SALLES; SILVA, 2008, p. 150 *apud* CORDEIRO; BUENDGENS, 2012, p. 46).

Acredita-se que através da realização de ações que valorizem a inclusão e a democracia, é possível minimizar o problema em relação ao preconceito e a falta de tolerância na escola.

Cordeiro e Buendgens (2012) destacam que uma das questões que emerge, na relação dialética, desse convívio social dentro da escola diz respeito aos movimentos de inclusão e de exclusão que geram várias formas de preconceitos e violências nas relações interpessoais, os quais, por sua vez, reforçam as exclusões e inclusões em determinados grupos, espaços e situações.

É necessário que haja mais respeito com os jovens nas instituições escolares, muitas vezes eles são vítimas de preconceito e estereótipos decorrentes dos conflitos do mundo adulto, e que muitas vezes vem de onde deveriam proteger esses adolescentes, ou seja, a direção, professores e funcionários da escola, e entre eles próprios.

Identificados com grupos marginais na escola e na sociedade, torna-se muito difícil romper com o preconceito a qual se veem submetidos, o que dificulta que os jovens atribuam novos sentidos às suas relações e a si mesmos (CORDEIRO; BUENDGENS, 2012, p. 46).

O preconceito é categoria do pensamento e do comportamento cotidiano, contudo, não é por fazer parte da vida cotidiana que os preconceitos devem ser naturalizados e aceitos. Em suas palavras, “quem não se liberta de seus preconceitos artísticos, científicos e políticos acaba fracassando, inclusive pessoalmente” (HELLER, 1989, p. 43 *apud* CORDEIRO; BUENDGENS, 2012, p. 46).

O preconceito é o reflexo do pensamento e do comportamento de determinadas pessoas no dia-a-dia, porém eses estigmas não devem ser aceitos, é necessário que haja discussão, sobre esse assuntos e que esses preconceitos, seja ele, artísticos, científico, políticos, entre outros sejam banidos.

Segundo Cordeiro e Buendgens (2012, p. 47) entende-se que a manifestação do preconceito é individual, mas sua constituição se dá por meio das relações que cada um estabelece, as quais são permeadas por uma determinada história cultural e social.

Para Crochik (2006, p. 13), embora o preconceito “seja um fenômeno também psicológico, aquilo que leva um indivíduo a ser ou não ser preconceituoso pode ser encontrado no seu processo de socialização, no qual se transforma e se forma como indivíduo”.

Dessa maneira, é necessário que haja compreensão dos movimentos de construção simbólica da realidade, por meio dos quais vai se configurando e confirmando aquilo que é socialmente considerado como estranho e anormal, imoral e patológico, entre outros critérios classificatórios da normalidade e da anormalidade.

Considerando que os preconceitos são construções sociais, isto é, carregam uma história, e são forjados tanto de forma individual quanto coletiva no cotidiano, entende-se como fundamental que a escola proporcione espaços que ampliem a discussão sobre seus diferentes tipos, origens e consequências.

Cordeiro e Buendgens (2012) enfatizam que a sala de aula, ainda se constitui em um espaço reprodutor de estereótipos; nesse sentido, os trabalhos ainda ficam aquém do necessário quando a questão é propiciar reflexões sobre o preconceito.

Os professores em sua forma de agir acabam fazendo ao contrário do que se espera, isto é, suas ações auxiliam na produção de

estigmas em relação àqueles que desviam das normas socialmente construídas, reafirmando padrões de comportamentos referentes à sexualidade, moral, inteligência, entre outros (CORDEIRO; BUENDGENS, 2012. p. 52).

As diferenças fazem parte da natureza humana, mas a forma como lida-se com elas é socialmente construída. Nesse sentido, cabe à escola, em sua função social de democratização do conhecimento acumulado historicamente, que realize atividades com enfoque nas diferenças humanas, nas quais se dê voz aos estudantes, pois falar da experiência é a melhor forma de romper com ideias preconceituosas e desnaturalizar conceitos, sentimentos e ações.

Possibilitar (re)significações sobre os conhecimentos construídos pode representar uma possibilidade de ampliar a forma de olhar, entender e abordar o diferente/a diferença (CORDEIRO; BUENDGENS, 2012). Assim, cabe à escola reconhecer que os alunos são diferentes, que nem todas as pessoas têm os mesmos interesses e habilidades, que nem todos aprendem da mesma maneira, pois cada um tem o seu ritmo para aprender, uma vez que a inteligência é complexa, e não é contemplada em seu todo por metodologias que privilegiam apenas um aspecto dela.

2.2 A ação docente na região de fronteira

Segundo Josgribert e Bouffleur (s/d) torna necessário a compreensão das cidades fronteiriças como pontos estratégicos para o desenvolvimento do país, entretanto sem desconsiderar que os habitantes desse espaço, são formados por populações de diferentes origens, com diferentes valores sociais e culturais e não uma mera vizinhança que convive pacificamente como irmãos.

As autoras citadas destacam ainda que na fronteira cada escola apresenta uma realidade, considerando que diversas questões culturais a envolvem, tais como: linguísticas, históricas, religiosas, hábitos e costumes, entre outras e, muitas vezes os profissionais trabalham em diferentes escolas de forma semelhante.

A Lei 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases (LDB/1996) permite que cada escola construa seu projeto político pedagógico para atender as necessidades locais, na elaboração do currículo, pelo Art. 26, cada escola deve apresentar:

Uma Base Nacional Comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (BRASIL, 1996, p. 30).

Um sistema educacional ético e justo deve considerar o ser humano a partir da sua comunidade de vida constituída em uma determinada cultura; considerando-se, “como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significado que ele mesmo teceu” (GEERTZ, 1989, p. 4 *apud* JOSGRIBERT; BOUFLEUR, s/d).

Esse sistema deve oportunizar a liberdade, a equidade e a igualdade para todos os seus membros, entretanto, “boa parte da humanidade é “vítima de profunda dominação ou exclusão, encontrando-se submersa na dor, infelicidade, pobreza, fome, analfabetismo, dominação” (DUSSEI, 2000, p. 314 *apud* JOSGRIBERT; BOUFLEUR, s/d).

Dessa maneira, vive-se uma contradição, pois muitos se acham impedidos de realizar os direitos que o próprio sistema os garantiu: “O não respeito à cultura do outro provoca o etnocentrismo, uma vez que só se considera como aceitável os padrões de comportamento da cultura dominante, que gera a discriminação e a exclusão” (JOSGRIBERT; BOUFLEUR, s/d).

Alguns autores ressaltam a importância da formação docente que vise uma didática que priorize a saber, a fazer e o ser cultural, saberes esses relevantes na docência uma vez que “as questões culturais e seu impacto sobre a escolarização não têm sido incluídas de forma explícita e sistemática nos processos de formação docente” (CANDAU, 1997, p. 238 *apud* JOSGRIBERT; BOUFLEUR, s/d).

É preciso perceber a multiculturalidade vigente na região de fronteira, pois: não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles (os símbolos) podem ser descritos de forma inteligível - isto é, descritos com densidade (GEERTZ, 1989, p. 24 *apud* JOSGRIBERT; BOUFLEUR, s/d).

Em relação ao currículo em região de fronteira Silva (1995) destaca que:

Uma das finalidades fundamentais de toda intervenção curricular é a de preparar os/as alunos/as para serem cidadãos ativos/as e críticos/as, membros solidários e democráticos de uma sociedade solidária e democrática. Uma meta desse tipo que exige, que a

seleção dos conteúdos do currículo, os recursos e as experiências cotidianas de ensino e aprendizagem que caracterizam a vida nas salas de aula, as formas de avaliação e os modelos organizativos promovam a construção dos conhecimentos, destrezas, atitudes, normas e valores necessários para ser bom/boa cidadão/ã (SILVA, 1995, p. 159).

Desta forma, pode-se vislumbrar que a concepção de currículo e a vivência deste estão diretamente ligadas ao contexto diversificado da fronteira e da escola como um todo, assim como às possibilidades de os sujeitos que lidam a todo instante com este currículo enxergarem a necessidade de adequação ao contexto onde estão inseridos e às potencialidades de auxílio de todos os seus pares para que este currículo se efetive como promotor de autonomia e de uma construção do conhecimento mais sólida e significativa (SILVA; BUENO, 2018).

Para Esteban (2004) é necessário

Observar a diferença que constitui as práticas escolares cotidianas e produzir caminhos que gerem processos mais democráticos de produção e socialização do conhecimento exige o reconhecimento de que diferença e semelhança estão relacionadas sem que possam ser traduzida uma na outra (ESTEBAN, 2004, p.167).

Conforme o autor citado diferenças e semelhanças com as quais depara-se nas escolas de fronteira seca, como é o caso de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero podem ser enaltecidas, pois os dois países possuem modos de vida diferente, porém estão muito próximos territorialmente, apenas uma linha imaginária os separa, sendo denominada “fronteira seca” (SILVA; BUENO, 2018).

Assim, as duas cidades possuem hábitos, costumes e idiomas diferentes, porém, dividindo o mesmo espaço, pois, pelo fato de não apresentar marco geográfico as pessoas têm liberdade de ir e vir de um país para o outro, inclusive para suprir suas necessidades básicas como alimentação, saúde, moradia e, principalmente, educação (SILVA; BUENO, 2018).

Segundo Pereira (2003, p.3), “a proximidade geográfica faz com que a população compartilhe não somente o território, mas também, a cultura”. Fato este que nos leva a caracterizar fronteira a partir do diálogo de Silva e Bueno (2018) com Torchie Silva (2014), ao definirem que:

Como podemos perceber não há como pensar na fronteira apenas como uma linha ou faixa demarcatória que indica onde um país com sua língua, cultura e tradições termina e outro começa. Fronteira é muito mais que isso é o entrelaçar de línguas e culturas, mesclando o que está posto, transformando em mestiço algo que “aparentemente” era puro ao mesmo tempo em que preserva os traços de cada língua e da cultura (TORCHIE SILVA, 2014, p. 36 *apud* SILVA; BUENO, 2018, p. 37).

Percebe-se assim, que entrelaçamos as diferenças e particularidades presentes na fronteira de acordo às necessidades e possibilidades de adequação do currículo escolar, bem com das práticas pedagógicas, devem ser revistas e reorganizadas, adaptando-se ao contexto em questão:

Por meio da elaboração do Projeto Político Pedagógico, nesse momento é levado em consideração o que a escola deseja alcançar, as metas e também os sonhos a serem realizados. Estas questões são discutidas, tendo como base a realidade escolar, cultural e social da escola (SILVA; BUENO, 2018, p. 35).

As autoras citadas destacam que por mais que haja muitas dificuldades e resistências a determinadas mudanças e rompimentos com alguns paradigmas muito arraigados diante dos currículos que são vivenciados nas escolas, vislumbra-se algumas tentativas de se desenvolver um processo educativo que se articule com as realidades e especificidades do meio, e neste caso, em especial, com as peculiaridades de uma região de fronteira, tão rica e diversificada, mas também repleta de conflitos entre posicionamentos, práticas, culturas e saberes (SILVA; BUENO, 2018).

Características que, a partir das diferenças e divergências, respeitando a identidade e alteridade do grupo ao qual são propostas, podem promover uma educação intercultural.

Percebe-se que Candau (2005) *apud* Silva e Bueno (2018) também propõe como educação intercultural enfatizando que esta só acontece quando são consideradas, no cotidiano escolar, práticas pedagógicas que valorizem e resguardem em seus conteúdos e métodos as particularidades e diversidades culturais do meio onde acontecem e do grupo de sujeitos ao qual se destinam, destacando assim que:

A educação intercultural não pode ser reduzida a algumas situações e/ou atividades realizadas em momentos específicos, nem focalizar sua atenção exclusivamente em determinados grupos sociais. Trata-se de um enfoque global, que deve afetar todos os atores e a todas as dimensões do processo educativo, assim como os diferentes âmbitos em que ele se desenvolve. No que diz respeito à escola, afeta a seleção curricular, a organização escolar, as linguagens, as práticas didáticas, as atividades extraclasse, o papel do professor, a relação com a comunidade etc. (CANDAUI, 2005, p. 34-35 *apud* SILVA; BUENO, 2018, p. 39).

Dessa maneira, é necessária uma tomada de consciência acerca da realidade escolar que precisaria acontecer todos os dias, em todos os espaços educativos, nesse sentido Arroyo (2006 *apud* SILVA; BUENO, 2018) ao questionar sobre os caminhos constituídos na e pela escola são extremamente necessários para que não caiamos num verbalismo infundado, quando conhecemos e discutimos sobre a diversidade, mas recaímos às ações pautadas no comodismo e na simples reprodução do que nos é direcionado:

Será que ainda continuamos discursando sobre a diversidade, mas agindo, planejando, organizando o currículo como se os alunos fossem um bloco homogêneo e um corpo abstrato? Como se convivêssemos com um protótipo único de aluno? Como se a função da escola, do trabalho docente fosse conformar todos a esse protótipo único? (ARROYO, 2006, p. 54 *apud* SILVA; BUENO, 2018, p. 41).

É de grande importância que seja reconhecida a realidade social e cultural presente na ambiência escolar da fronteira para, dessa forma, compreender a diversidade cultural que se apresenta, bem como desenvolver conteúdos que prestigiem o reconhecimento das culturas de fronteiras. Ao se dar conta da existência de uma regionalidade, de uma singularidade das áreas fronteiriças, poderão redirecionar-se as políticas públicas de ensino, de maneira que a situação ou o tratamento das políticas macro não se imponha ao micro, que incidem nas áreas de fronteira, apresentando novos e velhos desafios educacionais em tempos de “globalização” (PEREIRA, 2009).

Assim, podemos ressaltar que os mecanismos de discriminação são construídos socialmente, e podem ser combatidos desde a infância, e a escola é responsável pela valorização da história de cada um, e deve ressaltar os valores de tolerância.

3. DIFICULDADES E DESAFIOS DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA: O CASO DE PONTA PORÃ-MS

3.1 Procedimentos Metodológicos

3.1.1 Tipo de pesquisa

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, pois é uma opção do investigador e justifica-se por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social e segundo Ludke e André (1986, p. 11) “A pesquisa qualitativa temo ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento”. Neste sentido todos os dados coletados têm suas características descritas no trabalho.

A pesquisa qualitativa visa contribuir no sentido de trabalhar a identidade das práticas não com uma abstração, mas como uma forma concreta de aparecer das questões sociais (MARTINELLI, 1999).

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário elaborado pela acadêmica sobre a orientação do professor orientador deste trabalho e composto por nove perguntas relacionada aos desafios e dificuldades enfrentados pelos professores de educação física na fronteira Brasil/Paraguai.

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado entre outros aspectos.

Segundo Gil (2008, p. 98) o questionário pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”

Segundo Cervo e Bervian (2002, p. 48), o questionário “refere-se a um meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche”. Ele pode conter perguntas abertas e/ou fechadas. As abertas possibilitam respostas mais ricas e variadas e as fechadas maior facilidade na tabulação e análise dos dados.

3.1.2 Local da pesquisa

A pesquisa será realizada numa Escola Municipal, situada na área central no município de Ponta Porã-MS. Está localizada na divisa entre Brasil e Paraguai, ou seja, apenas uma rua divide ela do país vizinho.

A escola onde foi realizada a pesquisa está situada na zona norte do município de Ponta Porã, próximo a rodovia federal (BR 463) que separa Ponta Porã-MS com Pedro Juan Caballero-PY e isso faz com que a escola tenham muitos alunos que moram no Paraguai e estudam na escola e a Proposta Pedagógica da escola está em consonância com a LDB/1996, PCN (BRASIL, 1998) e demais diretrizes que embasam a educação.

A Escola possui 798 alunos matriculados nos três turnos (matutino, vespertino e noturno). Recebe recursos financeiros do Governo Federal e Municipal, além de livros didáticos e participa dos Programa de Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e do Programa Desenvolvimento na Escola (PDE).

Segundo a Proposta Pedagógica da escola a mesma é considerada uma escola inclusiva, onde o processo educativo deve ser entendido como um processo social, onde todas as crianças com necessidades especiais têm o direito à escolarização. Para que ocorra a inclusão faz-se necessário: a socialização das informações; pesquisando textos, livros, sites reconhecidos, adaptações de experiências educacionais bem sucedidas. Buscar superar a insegurança diante do novo, do desconhecido.

3.1.3 Sujeito de pesquisa

A pesquisa de campo foi desenvolvida com três professores de Educação Física que atuam em uma Escola Municipal de Ponta Porã-MS que está localizada na área de fronteira, ou seja, entre os municípios de Ponta Porã-MS e Pedro JuanCaballero-PY.

A pesquisadora explicou os procedimentos e os objetivos aos professores público-alvo da pesquisa, afirmando que, por questões éticas, nenhum nome, ou do profissional ou da escola onde atuam, seria revelado, ou seja, a identidade é mantida segura e sem exposição alguma.

Sobre a questão de Ética, Gil (2008, p. 132) diz que:

A análise dos materiais obtidos não deve ser conduzida a ponto de possibilitar a identificação dos respondentes. Se as pessoas forem prevenidas de que sua identidade será preservada, deverão de fato permanecer anônimas. Isso corresponde a uma importante obrigação moral dos pesquisadores (GIL, 2008, p. 132).

Portanto, os nomes verídicos dos profissionais pesquisados não foram aqui mencionados para preservação de direitos de imagem e identidade dos indivíduos. Por isso, os professores serão identificados como: Prof 1, Prof 2 e Prof 3.

3.1.4 Material utilizado e procedimentos realizados

Para a pesquisa de caráter qualitativa foi utilizado como instrumento para coletas dos dados um questionário aplicado aos professores de Educação Física que atuam na escola pública indicada.

O questionário entregue foi elaborado conforme sugere Gil (2008, p. 116): “a elaboração de um questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem rígidos”. Portanto, o questionário foi organizado com perguntas relacionadas aos objetivos da pesquisa, que foram apresentados já na introdução deste trabalho.

No início da pesquisa foi necessário solicitar a autorização da direção e dos professores de Educação Física para responderem o questionário, entregues impressos em folhas de papel sulfite.

3.2 O que dizem os professores de Educação Física?

Com base na pesquisa de campo realizada, apresentamos os resultados da pesquisa realizada numa Escola Municipal que está situada na divisa do município de Ponta Porã-MS e Pedro JuanCaballero-PY.

A primeira pergunta do questionário visava saber sobre os desafios e dificuldades enfrentadas pelo professor para desenvolver suas aulas. Dois professores responderam que é a falta de material, dois responderam disseram que é a proximidade da quadra com a sala de aula, um relatou que é falta de interesse por parte dos alunos e uma disse que é a indisciplina. Para uma aula satisfatória com aproveitamento é imprescindível um planejamento que considere as

dificuldades, pois assim, o professor preve o que é possível fazer para que aula seja produtiva e satisfatória.

Sobre os materiais pedagógicos, Bracht (2003) destaca que estes possuem relação com a qualidade das aulas do professor de Educação Física. “A existência de materiais, equipamentos e instalações adequadas é importante e necessária para as aulas de Educação Física, sua ausência ou insuficiência podem comprometer o alcance do trabalho pedagógico” (BRACHT, 2003, p. 39).

Percebe-se assim que os materiais são um suporte que auxiliam na prática pedagógica, pois os mesmos dão ao aluno o conhecimento e a vivência prática, é comum queixas em relação a este tópico, nas escolas, uma vez que os materiais para o desenvolvimento das aulas de Educação Física, não são em quantidade suficientes e na maioria das vezes também há a questão de espaço para guardar os materiais. “A falta de materiais adequados e em quantidades suficientes diminui o aproveitamento das aulas e, conseqüentemente, acabam tonando-se desestimulantes” (CANESTRARO; ZULAI; KOGUT; 2008).

Em relação ao espaço destinado às aulas de Educação Física, dois professores responderam que é irregular e um respondeu que é regular, o item espaço adequado não teve nenhuma indicação.

Nesse item destaca-se as considerações de Silva e Damázio (2008) que apontam que a ausência ou precariedade do espaço físico nas escolas para as aulas de Educação Física, podem ser observadas sob dois aspectos: o da não valorização social desta disciplina (desvalorização de sua importância no desenvolvimento integral do educando) e o descaso das autoridades para com a educação destinada às camadas populares.

Acredita-se que espaços adequados para a realização das atividades, tanto as de cunho prático quanto teórico, dão o professor melhores condições de trabalho e aos alunos qualidade na aprendizagem. A existência, ou ausência, de um bom local adequado também influencia diretamente na motivação dos alunos e do professor no desenvolvimento de boas aulas.

No quesito falta de interesse e indisciplina Darido *et al.* (2006) entende que os casos de indisciplina não são, ou pelo menos não deveriam ser, responsabilidade exclusiva do professor. Ou seja, o comportamento do aluno na sala de aula deve ser uma incumbência do grupo social a que o aluno pertence, da sua família e de todas as instâncias a qual o mesmo convive.

O professor deveria contar com o auxílio da coordenação pedagógica e até mesmo da direção para a solução dos problemas com indisciplina. Já a falta de interesse por parte dos alunos deveria ser comunicado aos responsáveis para que sejam tomadas as devidas providências.

Os professores de Educação Física também convivem com as queixas dos colegas de outras disciplinas devido à proximidade da quadra das salas de aula, como apontado por Betti (1992), segundo o autor, durante as aulas de Educação Física nas escolas onde a quadra localiza-se bem próxima as salas de aula, os alunos muitas vezes são impedidos pelo próprio professor de gritar e torcer.

Isso quando a instituição possui uma quadra de esporte, pois, muitas vezes o espaço destinado a prática das atividades físicas é o saguão que é localizado entre as salas de aulas, considerando que o restante do pátio da escola é irregular, com gramas altas e entulhos, dificultando assim a prática de atividades físicas.

Na questão que indagava o número de alunos por turma, os três professores responderam que é mais de trinta alunos por ano/série. Por ser tratar de uma escola pública que está situada numa área de fronteira distante do centro, entende-se que é um número considerável satisfatório.

É importante salientar que o tamanho da turma é considerado como critério de qualidade da educação, assim, o parecer CNE/CEB n. 08/2010, estabelece normas para aplicação do inciso IX do artigo 4º da LDB n. 9394/96, que trata dos padrões mínimos de qualidade de ensino para a Educação Básica pública, e destaca que o número de alunos por turma, deve permitir uma aprendizagem de qualidade.

Para isso é necessário considerar que nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, sejam 24 alunos por turma, nos Anos finais do Ensino Fundamental, sejam 30 alunos por turma.

No entanto, o artigo 25 da LDB n. 9394/96 salienta que é objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar a relação adequada entre o número de alunos e o professor e no seu parágrafo único estabelece que cabe ao respectivo sistema de ensino, à vista das condições disponíveis e das características regionais e locais, estabelecer parâmetro para atendimento do disposto neste artigo (BRASIL, 1996).

Segundo Libâneo (2001) uma educação de boa qualidade é questão de justiça e que é de extrema importância que as escolas propiciem, da melhor forma possível, os direitos de todos os cidadãos garantindo uma formação sólida

indispensável para o exercício da cidadania, formação para o trabalho, formação crítica e reflexiva e para a transformação social.

No item relacionamento com a direção, recebeu três votos o quesito bom, com os demais professores também os três professores responderam bom e no relacionamento com os alunos um professor respondeu regular e dois professores responderam bom.

Neste quesito destaca-se as considerações de Carvalho (2006) que salienta que à visão dos professores de outras disciplinas em relação às aulas de Educação Física, evidencia a visão distorcida que os mesmos possuem e revelam sua representação social por estes professores, ou seja, para eles a Educação Física é responsável por entreter, brincar, recrear; socializar; auxiliar as outras disciplinas; exercitar, treinar, ensinar esporte; e desenvolver o aspecto motor, a psicomotricidade.

Percebe-se assim que são muitos os obstáculos encontrados na prática pedagógica, pode-se citar o desrespeito por parte dos alunos e a falta de espaço mostra-se como maiores ocorrências. A falta de respeito dos alunos é uma questão muito discutida no campo pedagógico.

Nas aulas de Educação Física também é visível pelo fato dos alunos possuírem uma visão distorcida da mesma, servindo apenas como um momento meramente recreativo sem função pedagógica. Em relação à falta de espaço para a realização das aulas, Betti (1992) acredita que esta é uma questão delicada, pois nem todas as escolas possuem um espaço adequado para a realização da mesma, sendo infelizmente um fato.

Quando indagados se há alunos paraguaios nas turmas onde eles trabalham os três professores responderam que sim. Em relação ao preconceito o Prof 1 respondeu que: “há sim preconceito entre os próprios alunos, onde fazem brincadeiras com relação a cultura, alimentação, sotaque, entre outros”. O Prof 2 respondeu que não há preconceito e o Prof 3 respondeu que “não, porque eles são a maioria, 90 % dos alunos são paraguaios.

Neste quesito busca-se embasamento teórico na fala de Silva e Bueno (2018) que destaca que se depara nas escolas de fronteira seca, como é o caso de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero podem ser enaltecidos, pois os dois países possuem modos de vida diferente, porém estão muito próximos territorialmente, apenas uma linha imaginária os separa, sendo denominada “fronteira seca”.

Assim, as duas cidades possuem hábitos, costumes e idiomas diferentes, porém, dividindo o mesmo espaço, pois, pelo fato de não apresentar marco geográfico as pessoas têm liberdade de ir e vir de um país para o outro, inclusive para suprir suas necessidades básicas como alimentação, saúde, moradia e, principalmente, educação (SILVA; BUENO, 2018).

Percebe-se, assim, que a questão referente ao preconceito aos alunos oriundos do país vizinho não é o maior problema das aulas de Educação Física.

Quando indagados se há espaço na escola voltado para discussão sobre preconceito, o professor 1 respondeu que sim, que esse assunto é trabalhado durante as aulas através de atividades que estimulem a socialização, respeito e cooperação, além de pesquisa sobre o país vizinho e nas comemorações reproduzem as danças paraguaias. O Prof 2 respondeu que sim, através de projetos. O Prof 3 respondeu que desconhece se há discussão sobre esse assunto.

Essa proximidade geográfica faz com que “a população compartilhe não somente o território, mas também, a cultura” (PEREIRA, 2003, p. 3).

Segundo Torchie Silva (2014) fronteira não pode ser considerada somente uma faixa demarcatória que determina onde um país começa e o outro termina, ou seja, é muito mais que isso “é o entrelaçar de línguas e culturas, mesclando o que está posto, transformando em mestiço algo que “aparentemente” era puro ao mesmo tempo em que preserva os traços de cada língua e da cultura” (TORCHIE SILVA, 2014, p. 36 *apud* SILVA; BUENO, 2018).

Dessa maneira, os aspectos referentes à cultura estão presentes nas aulas de Educação Física, para que possa minimizar o problema a escola conta com a adequação do currículo, e as práticas pedagógicas são adaptadas ao contexto. Convém ainda salientar que a Proposta Pedagógica da escola deve considerar esses aspectos e as práticas pedagógicas devem ser revistas e reorganizadas, bem como considerar quais são os aspectos que a escola deseja alcançar. “Estas questões são discutidas, tendo como base a realidade escolar, cultural e social da escola” (SILVA; BUENO, 2018, p. 23).

No item que questionava se no currículo está contemplado ações referente ao contexto diferenciado de fronteira, dois professores responderam que sim, um que desconhece e um justificou que “o currículo sugere que sejam trabalhados os aspectos culturais como a dança, comidas típicas, roda de terere entre outros aspectos” (PROF 1).

Neste quesito, pode-se vislumbrar que a concepção de currículo e a vivência deste estão diretamente ligadas ao contexto diversificado da fronteira e da escola como um todo, assim como às possibilidades de os sujeitos que lidam a todo instante com este currículo enxergarem a necessidade de adequação ao contexto onde estão inseridos e às potencialidades de auxílio de todos os seus pares para que este currículo se efetive como promotor de autonomia e de uma construção do conhecimento mais sólida e significativa (SILVA; BUENO, 2018).

Esteban (2004) corroborando com os autores citados, salienta que é preciso:

Observar a diferença que constitui as práticas escolares cotidianas e produzir caminhos que gerem processos mais democráticos de produção e socialização do conhecimento exige o reconhecimento de que diferença e semelhança estão relacionadas sem que possam ser traduzida uma na outra (ESTEBAN, 2004, p.167).

No item referente como é feito o encaminhamento metodológico para o trabalho com esse assunto, um professor não respondeu e um respondeu que é feito no geral, ou seja, coletivamente e o outros respondeu que é feito no geral depois em particular conforme as necessidades.

De acordo com as respostas percebe-se que há ações voltadas para superação do problema com a cultura do país vizinho, O Paraguai, porém elas são no geral e não nas aulas de Educação Física.

Em relação ao que os professores acham necessários para superar as dificuldades e os desafios nas aulas de educação física, dois professores responderam que é preciso melhores políticas públicas, qualificação acadêmica, capacitação e formação continuada e um professor respondeu que é ampliação do espaço, ou seja, fechar a quadra de esporte e aquisição de mais materiais destinados ao desenvolvimento das aulas.

Os professores que responderam melhores políticas públicas, retratam o que acontece no geral na educação brasileira, onde os autores Marques; Pelicioni; Pereira (2007) destacam que “o Brasil não dispõe de uma educação pública de qualidade por não ser esta uma prioridade do poder público”.

Os autores ainda salientam que a educação pública está em crise devido ao despreparo administrativo e ao desrespeito histórico do poder público, cabendo a essa esfera promover um diálogo com o professor para encontrar soluções, para a

calamidade em que se encontra a educação pública brasileira (MARQUES; PELICIONI; PEREIRA. 2007, p. 8).

Quando indagados se na escola há algum programa que atenda as peculiaridades por ser uma região de fronteira. Os três professores responderam que sim, o Professor 1 justificou sua resposta argumentando que:

O município realiza projetos como a cultura da paz, e a escola desenvolvem várias atividades e apresentações com músicas em espanhol que aborda o tema PAZ durante todo o ano letivo, através de danças e teatro, contemplando a cultura dos dois países e seu idioma (PROF 1, 2018).

O Prof 2 não justificou e o Prof 3 disse que são realizadas várias ações o projeto PAZ e atividades complementares desenvolvidas com os alunos sobre cultura dos dois países, através de teatro, danças, músicas, entre outros.

Acredita-se que é necessário respeitar a identidade do grupo e propor ações que promovam a educação intercultural. Que segundo Fleuri (2001) não é só uma relação de conhecimentos, mas, a interação, troca de reciprocidade entre pessoas, que conhecem seus direitos e sua dignidade. “Uma relação que vai além da dimensão individual dos sujeitos e envolve suas respectivas identidades culturais diferentes” (FLEURI, 2001, p. 10).

Dessa maneira, é necessário uma tomada de consciência acerca da realidade escolar que precisaria acontecer todos os dias, em todos os espaços educativos, nesse sentido, Arroyo (2006) questiona sobre os caminhos constituídos na e pela escola são extremamente necessários para que não caiamos num verbalismo infundado, quando conhecemos e discutimos sobre a diversidade, mas recaímos às ações pautadas no comodismo e na simples reprodução do que nos é direcionado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, acredita-se que a Educação Física é uma disciplina de extrema importância, é obrigatória na grade escolar e por meio dela os alunos além de exercerem uma atividade física, podem descobrir o próprio corpo e realizar movimentos úteis ao equilíbrio e desenvolvimento de outros componentes curriculares de sua formação escolar.

Nesse sentido, Neira (2008) destaca que a educação física é vista como uma disciplina que oferece ao educando, a possibilidade de construir conhecimentos a partir dos desafios motores que lhes são impostos. As práticas corporais, os movimentos, são formas de explorar o corpo e suas possibilidades, proporcionando a percepção corporal a partir dessa prática, contribuindo para a formação do indivíduo, valorizando seus conhecimentos, seus costumes, visando a promoção de atitudes de respeito e da igualdade social.

Segundo os PCNs (BRASIL, 1997, p. 58) exercitar ou disciplinar o corpo não resulta obrigatoriamente na formação completa do ser humano. Sabe-se, por exemplo, que o caráter pode ser corrompido pelas glórias do esporte, favorecendo a atitude de obter a vitória a qualquer custo e até mesmo com o uso de drogas. Sabe-se, ainda, que a integração social pode transformar-se em desintegração, com guerras entre torcidas e brigas dentro de campos e quadras.

Percebe-se assim que nas aulas de Educação Física o professor deverá sempre contextualizar a prática, considerando suas várias dimensões de aprendizagem, priorizando uma ou mais delas e possibilitando que todos os seus alunos possam aprender e se desenvolver.

No tocante à importância da Educação Física no ensino-aprendizagem, Alves (2011, p. 21) destaca que a Educação Física é uma disciplina educacional que trabalha além do físico, o intelecto e as relações sociais e não deve somente restringir-se aos conteúdos ligados à esportivização, ou seja, a iniciação e treinamento esportivo. Seus conteúdos devem atender às necessidades da formação integral do cidadão e não mais trabalhar de forma isolada, em que seu fim é sua simples prática, mas sim integrada à proposta de formação.

Em relação ao contexto descrito na pesquisa, sobre o trabalho com a cultura, costume entre outros aspectos relacionados com os alunos oriundos do Paraguai acredita-se que a educação física pode se vincular aos projetos interdisciplinares e

de, mais ações desenvolvidas na escola, como citados pelos professores o projeto PAZ e atividades complementares que são desenvolvidas por todos na escola. Acredita-se que a Educação Física pode envolver conhecimentos das mais diversas áreas, pois há um complexo de saberes e conteúdos com os quais a disciplina atua.

Dessa maneira, resalta-se que a Educação Física é de fundamental importância para os alunos, pois além de proporcionar um melhor desenvolvimento físico, corporal, permite que os mesmos adquiram conhecimentos e tenham resultados positivos no processo de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. J. **A Educação Física no contexto escolar**: interdisciplinarizando o conhecimento e construindo os saberes. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

ARROYO, M. G. Os educandos, seus direitos e o currículo. *In*: MOREIRA, A. F.; ARROYO, M. G. **Indagações sobre currículo**. Brasília: Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, Nov. 2006

BETTI, I. C. Esporte na escola: mas é só isso, professor? **Motriz**, v.1, n.1, jun. p. 25-31, 1992.

BOUFLEUR, E. M. **Diversidade cultural e interculturalidade**: desafios de escolas públicas na fronteira Brasil Paraguai. 2014. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014.

BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da Educação Física. **Caderno CEDES**, ano XIX, n. 48, p.69-89, agosto, 2003.

BRASIL. **Lei n. 9394/96**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Belo Horizonte: Modelo, 1996.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: pluralidade cultural, orientação sexual / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Parecer CNE/ CEB n. 8, de 05 de maio de 2010**: Estabelece normas para aplicação do inciso IX do artigo 4º da Lei N. 9.394/96 (Ldb), que trata dos padrões mínimos de qualidade de ensino para A educação básica pública. Brasília, RJ, Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5368-pceb008-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: out/2018

BRASIL. Institui o Programa Escolas Interculturais de Fronteira, que visa a promover a integração regional por meio da educação intercultural e bilíngue. **Portaria n. 798**, de 19 de junho de 2012. Disponível em:
http://educacaointegral.mec.gov.br/images/pdf/port_798_19062012.pdf. Acesso em: 03 set. 2018.

CANDAU, V. M. A diferença está no chão da escola. *In*: **Colóquio Luso-Brasileiro Sobre Questões Curriculares**. 4º Colóquio Sobre Questões Curriculares, 8., 2008. Anais... Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

CANDAU, V. M. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. **Currículo sem Fronteiras**, v. 11, n. 2, p. 240-255, 2011

CANESTRARO, J. F; ZULAI, L. C; KOGUT, M. C. **Principais dificuldades que o professor de educação física enfrenta no processo ensino-aprendizagem do ensino fundamental e sua influência no trabalho escolar**. 2008. Disponível em:

http://web02.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/872_401.pdf. Acesso em: 06 set. 2018.

CARVALHO, F. L. S. F. **O papel da Educação Física Escolar representado por professores e professoras de outras disciplinas**. Dissertação de Mestrado em Educação pela UFJF, 2006.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**: para uso dos estudantes universitários. 3 ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 2002.

CORDEIRO, A. F. M. BUENDGENS, J. F. Preconceitos na escola: sentidos e significados atribuídos pelos adolescentes no ensino médio. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Volume 16, Número 1, Janeiro/Junho de 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pee/v16n1/05.pdf>. Acesso em: 02 set. 2018.

CROCHIK, J. L. **Preconceito, indivíduo e cultura**. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2006.

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação física na escola**: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2005.

DARIDO, S. C. *et al.* Realidade dos professores de educação física na escola: suas dificuldades e sugestões - **Revista Mineira de Educação Física**, Viçosa, v. 14, n. 1, 2006.

ESTEBAN, M. T. Diferença e (des)igualdade no cotidiano escolar. *In*: MOREIRA, A. F. B.; PACHECO, J. A.; GARCIA, R. L. (orgs.). **Currículo**: pensar, sentir e diferir. Rio de Janeiro: Dp & A editora.

FLEURI, R. M. Intercultura e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n.23, Rio de jan./ago. 2001.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008.

JOSGRIBERT, M. F. V. BOUFLEUR, E. M. **A ação docente na fronteira entre dois países frente à multiculturalidade: diversidade e diferenças culturais na perspectiva do processo civilizatório**. Disponível em: http://www.uel.br/grupoestudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais14/arquivos/textos/Comunicacao_Oral/Trabalhos_Completos/Emne_e_Maria_de_Fatima.pdf. Acesso em: 18 ago. 2018.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola**: Teoria e prática. 4. ed. Goiânia: Alternativa. 2001.

LUDKE, M; ANDRÉ, M. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARQUES, E. P; PELICIONI M. C. F; PEREIRA, I. M. T. B. Educação Pública: falta de prioridade do poder público ou desinteresse da sociedade? **Revista Brasileira**

Crescimento Desenvolvimento Humano, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 8-20, dez. 2007. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822007000300003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 set. 2018.

MARTIN, A. R. **Fronteiras e nações**. São Paulo: Contexto, 1992.

MARTINELLI, M. L. O uso de abordagens qualitativas nas pesquisas em serviço Social. *In*: MARTINELLI, M. L. (org.). **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

NEIRA, Marcos Garcia. A cultura corporal popular como conteúdo do currículo multicultural da educação física. **Revista Pensar a Prática**, v. 11, n. 1, 2008. Disponível em: <http://revistas.ufg.emnuvens.com.br/fef/article/view/1699/5343>. Acesso em: 01 abr. 2018.

NUNES. F. G. **Projeto de formação escolar para escolas em áreas de fronteira**. Revista da ANPEGE. v. 7, n. 1. out. 2011. Disponível em: www.aspege.org.br. Acesso em: 17 set. 2018.

PEREIRA, J. H. V. **Fronteiras Étnico-Cultural e Geográfica**: Indagações para a Educação sobre a (Re)construção Identitária de Sujeitos Migrantes. 2003. Disponível em: <http://www.ipp-uerj.net/olped/documentos/0527.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2018.

PEREIRA, J. H. V. Diversidade Cultural nas Escolas de Fronteiras Internacionais: O caso de Mato Grosso do Sul. Programa de Pós-graduação em Educação/CCS/UFMS. **Revista Múltiplas Leituras**, v.2, n.1, p.51-63, jan./jun.2009.

PEREIRA, J. H. V. Educação na fronteira: o caso Ponta Porã (MS) e Pedro Juan Caballero (PY). Palestra proferida no VI Congresso Brasileiro de Hispanistas - **II Congresso Internacional da ABH** – Associação Brasileira de Hispanistas. PPGEduc –UFMS. 2010.

RIBEIRO, A. S. A retórica dos limites. Notas sobre o conceito de fronteira. *In*: SANTOS, B. (org.). **Globalização**: fatalidade ou utopia?, Porto, Afrontamento, 2001.

SANTANA, M. L. S. Práticas pedagógicas na região de fronteira: uma olhar a partir de escolas de Ponta Porã. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. **Educação**. Santa Maria. v. 43 n. 1. jan./mar. 2018. Acesso em: 03 ago. 2018.

SANTOS. J. C. Polissemia e Multiculturalismo em Fronteiras. **Revista TEL**, Irati, v. 8, n.1, jan. /jun. 2017.

SILVA. L. C. BUENO. M. L. M. **O Conceito de Currículo na Escola de Fronteira**: Refletindo sobre uma realidade intercultural. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. Disponível em:
http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_MD1_SA3_ID5707_08092015165302.pdf. Acesso em: 03 set. 2018.

SILVA, M. F. P; DAMÁZIO, S. M. S. **O ensino da educação física e o espaço físico em questão. Revista Pensar a Prática.** v. 11, n. 2. 2008. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/3590/4066>. Acesso em: 03 set. 2018.

SILVA, T. T. (Org.). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TERENCIANI, C. **Fronteira, diversidade cultural e o cotidiano escolar na cidade de Ponta Porã – MS.** Associação dos geógrafos Brasileiros. Porto Alegre, 2010

TORRECILHA, M. L. **A fronteira, as cidades e a linha.** Campo Grande: Ed. Uniderp, 2004.

UOL. **Notícias.** Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/10/04/dono-de-jornal-e-assassinado-em-ponta-pora-ms-na-fronteira-com-o-paraguai.htm>. Acesso em: 10 out. 2018.

APÊNDICES



APÊNDICE “1” - OFÍCIO DE REQUERIMENTO

À

Escola Municipal xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Assunto: Solicitação para realização de pesquisa acadêmica.

Eu, Simone dos Santos, brasileira, solteira, inscrito no CPF: xxxxxxxxx e no RG nº: xxxxxxxxx, residente e domiciliado na cidade de Ponta Porã-MS, na Rua: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, aluno regular do curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdades Magsul, venho respeitosamente solicitar permissão para realização de uma pesquisa acadêmica no período de 1 (um) bimestre neste ano letivo de 2018 na referida escola, que fará parte de um Trabalho de Conclusão de Curso Interdisciplinar intitulado “Desafios enfrentados pelos profissionais de Educação Física na Fronteira Brasil/Paraguai”. Ressalta-se que as identidades da escola e dos participantes serão preservadas na pesquisa.

Certo do atendimento do meu pedido, aguardo deferimento.

Ponta Porã–MS, 06 de setembro de 2018.

Simone dos Santos
Orientando

Prof. Me. Silvano Ferreira de Araújo
Orientador



APÊNDICE “2” - TERMO DE COMPROMISSO DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

TERMO DE COMPROMISSO DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

Sirvo-me desta para informar que atendo à solicitação de autorização para que Simone dos Santos, acadêmico do curso de Educação Física das Faculdades Magsul tenha acesso à Escola Municipal Joao Carlos Pinheiro Marques, para realização de pesquisa para a elaboração do seu trabalho de conclusão de curso, com o objetivo de identificar os desafios e dificuldades enfrentados pelos professores de Educação Física na Fronteira.

Comprometo-me na qualidade de Coordenador Pedagógico desta escola a desenvolver aquilo que me compete com rigor e compromisso ao que se refere ao bom desenvolvimento do estudo e auxílio na coleta de dados. Entendendo que a coleta de dados e seus resultados serão para realização do Trabalho de Conclusão de Curso Interdisciplinar intitulado “Desafios enfrentados pelos profissionais de Educação Física na Fronteira Brasil/Paraguai”.

Destaco que estamos cientes da pesquisa e entendemos seus objetivos, e, enquanto instituição escolar, comprometemo-nos a oferecer total suporte no que diz respeito à realização da pesquisa descrita.

Ponta Porã-MS, 06 de Setembro de 2018.

Coordenador Pedagógico da Escola



APÊNDICE “3” - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____,
desejo participar voluntariamente da pesquisa intitulada “Desafios enfrentados pelos profissionais de Educação Física na Fronteira Brasil/Paraguai”, que tem como objetivo identificar os desafios e dificuldades enfrentados pelos professores de Educação Física na Fronteira, caracterizada pela pesquisa bibliográfica e de campo. Para a coleta de dados, será aplicado um questionário direcionado aos professores de Educação Física, alvo da referida pesquisa. A metodologia utilizada na realização do trabalho caracteriza-se como pesquisa qualitativa.

Li o conteúdo do texto e entendi as informações relacionadas a minha participação e estou a par que minha identidade será preservada, ficando cientificado que não receberei benefícios financeiros, podendo desistir em qualquer etapa e retirar meu consentimento, sem penalidades, prejuízo ou perda.

Ponta Porã-MS, 06 de setembro de 2018.

Assinatura do (a) participante

Simone dos Santos – Acadêmica



APÊNDICE “4” - QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO

Este questionário tem como objetivo levantar dados a respeito dos desafios e dificuldades enfrentadas pelos professores de Educação Física na região de Fronteira Brasil/Paraguai. Para tanto, contamos com a sua contribuição para conseguirmos sanar alguns questionamentos e entendermos essa temática, sendo assim, nos comprometemos a promover o anonimato dos colaboradores.

1) Quais são os desafios e dificuldades enfrentas pelo Sr (a) para desenvolver suas aulas.

- () Falta de materiais e equipamentos
- () Falta de espaço e instalações adequado
- () Falta de orientação pedagógica
- () Falta de interesse por parte dos alunos (desrespeito)
- () Indisciplina
- () Proximidade da quadra com a sala de aula

2) em relação ao espaço destinado às aulas de Educação Física:

Adequado () Regular () Inadequado ()

3) Em relação as condições dos materiais:

() suficiente () regular () insuficiente

4) Em relação ao número de alunos por turma:

() vinte () vinte e cinco () Mais de trinta

5) Relacionamento com direção, demais professores e alunos:

() Bom () regular () ruim - direção
() Bom () regular () ruim - professores
() Bom () regular () ruim - alunos

6) Nas salas de aulas que Sr(a) trabalha há alunos paraguaios?

() SIM () NÃO

7) Se a questão anterior for sim, há preconceito em relação à eles? Quais?

8) Há espaço na escola voltado para discussão sobre preconceito? Como ocorre?

9) E no currículo está contemplado ações referente ao contexto diferenciado de fronteira? Quais?

10) No caso positivo, como é feito o encaminhamento metodológico para esses alunos?

- são feitos no geral - coletivamente.
- são feito no geral depois em particular conforme as necessidades

11) O que o Senhor (a) acha necessário para superar as dificuldades/desafios?

- melhores políticas públicas
- ampliação do espaço
- aquisição de material
- qualificação acadêmica (capacitação – formação continuada)

12) Na escola há algum programa que atenda as peculiaridades por ser uma região de fronteira?
